



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PERÍODO 2012-2014
(OITAVA REVISÃO)**

LEI Nº 9.496, DE 11/09/97

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 65/99

**CONTRATO Nº 004/99 STN/COAFI, DE 29/10/99
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

RIO DE JANEIRO - RJ, DE OUTUBRO DE 2012

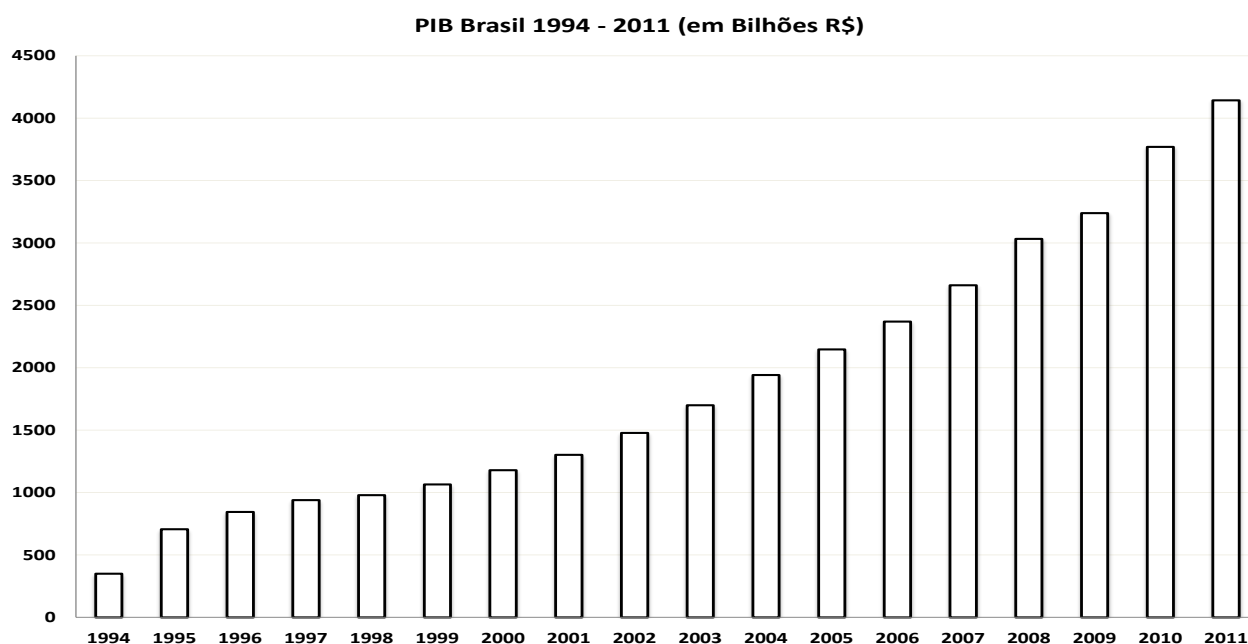
PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

1. Este documento apresenta a oitava revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio de Janeiro (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/99–STN/COAFI, de 29 de outubro de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 65/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quarta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2012 a 2014.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é feita referência aos objetivos específicos vinculados à inclusão e manutenção de operações de crédito a contratar; e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
 - Anexo I – Planilha Gerencial;
 - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
 - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
 - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
 - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
 - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
 - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.

1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. A economia nacional apresentou, em 2011, modesta taxa de crescimento na comparação com o ano anterior. O PIB alcançou R\$ 4.143 bilhões, com elevação de 2,7% em relação a 2010. O resultado apresentou-se abaixo da média mundial (3,8%).
5. Tal expansão resultou do aumento de 2,5% do valor adicionado a preços básicos e do crescimento de 4,3% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O aumento dos impostos refletiu, principalmente, o crescimento em volume de 11,4% do imposto sobre importação e do aumento de 4,7% do IPI, sendo este último puxado pela venda de máquinas e equipamentos. O resultado do valor adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: agropecuária (3,9%), serviços (2,7%) e indústria (1,6%).



Fonte: IBGE

6. O PIB per capita alcançou R\$ 21.252, após ter registrado crescimento de 1,8% em relação a 2010. Este desempenho foi inferior ligeiramente à média observada na década passada (2,4%).
7. Do ponto de vista da oferta, o crescimento do setor agropecuário em 2011 foi impulsionado pelo aumento de produção de várias culturas importantes da lavoura brasileira, a saber: algodão (72,6%), fumo (22%), arroz (19%), soja (9,2%), e mandioca (7,3%).
8. Na indústria, houve crescimento modesto: 1,6%. O principal motor do crescimento foram os setores de produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,8%), de construção civil (3,6%) - o desempenho foi confirmado pelo aumento da população ocupada no setor, que acumulou crescimento de 3,9%, segundo a pesquisa mensal de emprego do IBGE, e pelo desempenho do crédito direcionado; e extrativa mineral (3,2%), com destaque para a extração de minério de ferro. O setor de transformação apresentou-se estagnado (0,1%) em 2011 influenciado, principalmente, pela redução do valor adicionado de artigos do vestuário e acessórios, artigos de plástico, metalurgia, máquinas, aparelhos e material elétrico e automóveis.
9. Já nos serviços (2,7%), os destaques positivos foram serviços de informação (4,9%) e de intermediação financeira e seguros (3,9%). O comércio cresceu 3,4%, seguido de transporte, armazenagem e correio (2,8%). Ao longo de 2011, o crescimento da população empregada e da

massa real de salários e a expansão do crédito ao consumo sustentaram o crescimento das vendas no comércio, principalmente o varejista, em ritmo superior ao registrado pela atividade industrial. Por fim, outros serviços e administração, saúde e educação pública cresceram, ambas, 2,3%, seguidas por serviços imobiliários e aluguel (1,4%).

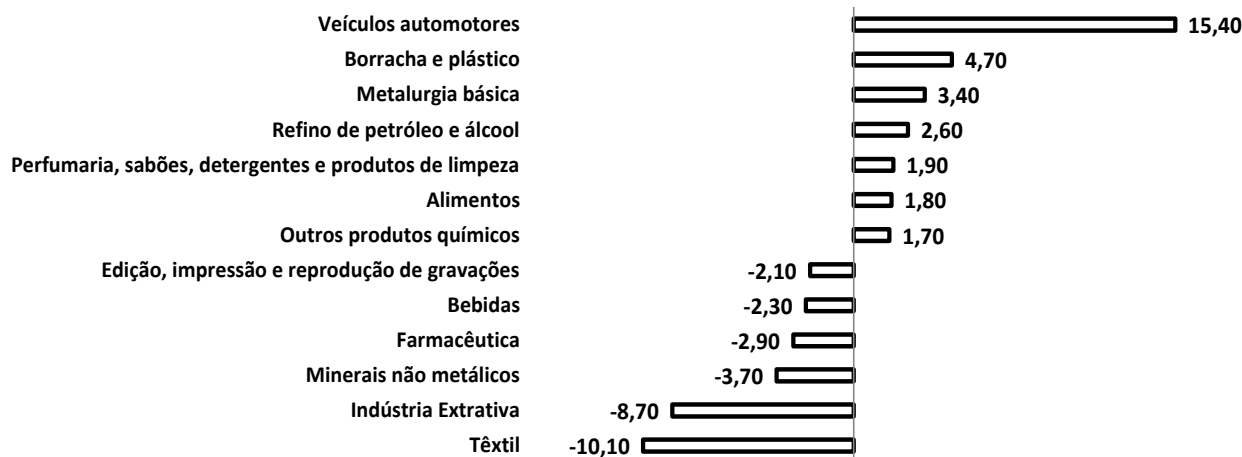
Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa (Valores Correntes R\$ Milhões)		
Especificação	2010	2011
Agropecuária	171.177	192.653
Indústria	905.852	972.156
Serviços	2.150.151	2.366.062
Valor Adicionado a Preços Básicos	3.227.181	3.530.871
Impostos sobre produtos	542.904	612.142
PIB a preços de mercado	3.770.085	4.143.013
Despesa do Consumo das Famílias	2.248.624	2.499.489
Despesa do Consumo do Governo	797.332	856.647
Formação de Capital Fixo	733.712	798.720
Variação de Estoques	29.300	18.540
Exportações de Bens e Serviços	409.868	492.570
Importações de Bens e Serviços	448.752	522.953
Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais		
Referência: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201104_8.shtml		

10. Na análise da demanda, a despesa de consumo das famílias cresceu 4,1% em 2011, oitavo ano consecutivo de aumento. A formação bruta de capital fixo, por sua vez, cresceu 4,7%, enquanto a despesa do consumo da administração pública apresentou elevação de 1,9%.
11. No âmbito do setor externo, as exportações tiveram crescimento de 4,5% e as importações se expandiram 9,7%. Contribuiu para este quadro a valorização do Real ocorrida entre 2010 e 2011. A taxa de câmbio, medida pela média anual das taxas de câmbio R\$/US\$ de compra e venda, variou de 1,76 para 1,67.
12. A taxa de investimento no ano de 2011 foi de 19,3% do PIB, ligeiramente inferior à taxa referente ao ano anterior (19,5%). A taxa de poupança alcançou 17,2% em 2011 contra 17,5% em 2010. Esses indicadores comprovam a necessidade de financiamento externo do país que, em 2011, foi de R\$ 101,1 bilhões.
13. Com relação aos esforços fiscais do governo federal em 2011, os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB) indicaram um superávit primário de 3,11% do PIB (+R\$ 128,7 bilhões), resultado que superou a meta estipulada pelo próprio governo federal em R\$ 810 milhões, resultado de contenções maiores nos gastos com pessoal e de custeio, elevação da arrecadação e crescimento menor nos investimentos.
14. Enquanto as contas do governo central registraram superávit primário de R\$ 93,035 bilhões, as contas dos governos regionais (Estados e Municípios) registraram uma economia de R\$ 32,963 bilhões. Já as empresas estatais apresentaram superávit primário de R\$ 2,712 bilhões.
15. A melhoria do desempenho das contas públicas acarretou redução da razão entre a dívida líquida do setor público (DLSP) e o PIB para 36,5% em 2011, contra 39,1% no ano anterior.
16. No que diz respeito à elevação dos preços, o IGP-DI apresentou crescimento mais modesto em 2011 se comparado ao ano anterior, alcançando 5%. Com relação ao IPCA, índice utilizado pelo governo federal como parâmetro das metas de inflação, o crescimento atingiu o limite superior da meta: 6,5%.

TABELA 001 – PRINCIPAIS INDICADORES – COMPARATIVO 2007/2011					
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Superávit Primário – Gov. Federal (% PIB)	3,31	3,42	2,00	2,70	3,11
DLSP (% PIB)*	42,8	35,8	42,1	39,1	36,5
SELIC*	11,25	13,75	8,75	10,75	11,00
IPCA	4,46	5,90	4,31	5,91	6,50
Saldo Comercial (US\$ Bilhões)	40,03	24,84	25,29	20,15	29,80
Câmbio Nominal (R\$/US\$)*	1,77	2,34	1,74	1,67	1,88
IGP-DI*	7,89	9,10	-1,43	11,30	5,00
*Final de período.					
Fonte: IPEA Data (variação PIB, saldo comercial, câmbio nominal, IGP-DI, SELIC e IPCA); BACEN (superávit primário, DLSP)					

17. Para 2012, de acordo com o departamento econômico do BCB, o setor público consolidado deve registrar superávit primário equivalente a 3,1% do PIB - ou seja, cumprimento pleno da meta - e a dívida líquida do setor público deve fechar o ano em 35,7% do PIB. Há expectativa de crescimento nominal do PIB em 3,5%, de déficit nominal de 1,2% e de resultado de gastos com juros de 4,3% do PIB.
18. O desempenho industrial total da economia fluminense registrou, em 2011, crescimento modesto: 0,3%, contrastando com o crescimento de 8,4% observado em 2010, maior avanço dos últimos oito anos. Apenas o setor de veículos automotores apresentou crescimento expressivo (15,40%), sendo que a indústria extrativa e o setor têxtil foram responsáveis pelas maiores quedas, atingindo, respectivamente, -8,70% e -10,10%.

Composição Setorial do Crescimento Industrial Fluminense - 2011



Fonte: IBGE

19. De acordo com o IBGE, o dinamismo do setor de veículos automotores permaneceu como principal responsável pelo crescimento da indústria fluminense em 2011 por conta dos incentivos fiscais concedidos, bem como da abundante oferta de crédito. Em direção oposta, a atividade extrativa manteve a trajetória descendente iniciada em março de 2010 e encerrou o ano com retração de 8,7% devido à menor extração de petróleo.

20. A indústria de outros produtos químicos (+5,8%) também impactou positivamente o resultado, devido à maior produção de polipropileno, utilizado como insumo para produtos desde embalagens plásticas até autopeças. Já o setor metalúrgico (+3,4%) registrou elevação bem mais modesta, mas ainda assim exerceu uma das principais influências para o crescimento em 2011, puxado pelas demandas da construção civil e do setor automotivo. Os setores de refino de petróleo e álcool (+2,6%) e de borracha e plástico (+4,7%), que operam em sinergia com a indústria automobilística, também contribuíram positivamente para o desenvolvimento da atividade manufatureira fluminense.

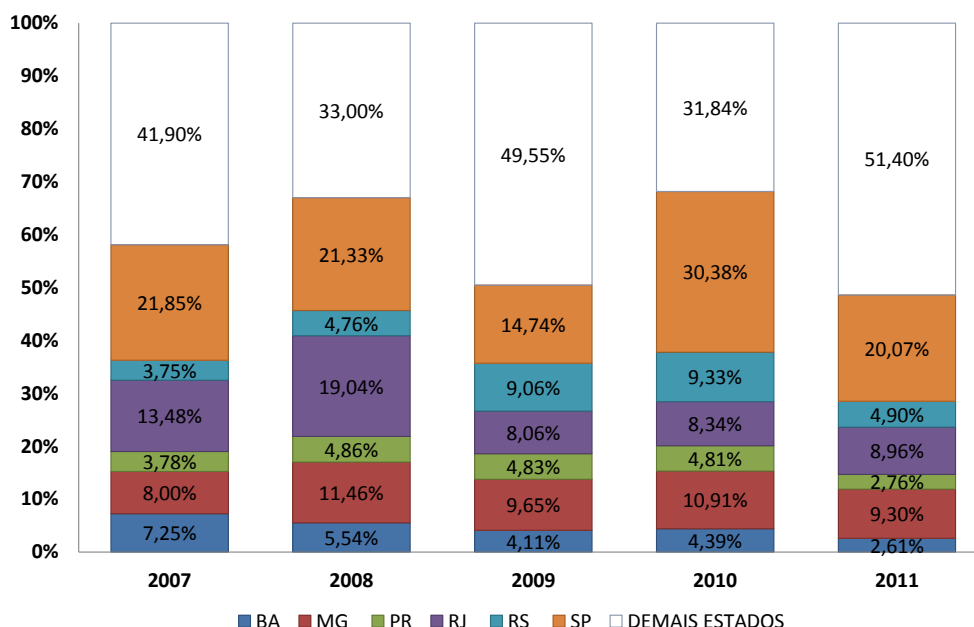
TABELA 002 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL					
Comparativo em termos percentuais – Estado do Rio de Janeiro – 2007/2011					
ATIVIDADES INDUSTRIAIS	2007	2008	2009	2010	2011
Indústria Extrativa	-2,39	5,3	10,5	-0,75	-8,7
Indústria de Transformação	3,21	0,59	-7,3	7,67	2,6
Veículos automotores	23,78	15,8	-14,8	3,21	15,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,12	5,81	-8,1	0,26	-2,1
Minerais não metálicos	4,11	4,74	-15,7	0,05	-3,7
Outros produtos químicos	8,99	4,44	-15	0,65	1,7
Borracha e plástico	13,91	1,03	-2,8	0,19	4,7
Alimentos	-6,6	-0,16	-7,7	-0,16	1,8
Refino de petróleo e álcool	-3,21	-0,41	-2,6	0,92	2,6
Têxtil	-10,39	-1,43	-17,4	0,16	-10,1
Bebidas	5,15	-3,45	9,9	0,77	-2,3
Metalurgia básica	12,69	-5,29	-14,2	2,33	3,4
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	10,71	-8,2	5,5	0,28	1,9
Farmacêutica	-15,18	-9,05	5,8	0,51	-2,9
INDUSTRIA GERAL	2,11	1,48	-3,8	8,42	0,3

Fonte: IBGE

21. Embora o crescimento industrial fluminense tenha sido acanhado em 2011, segundo os dados da SECEX/BACEN, coletados pela FIRJAN, as exportações elevaram-se em 47%: US\$ 29,4 bilhões contra US\$ 20 bilhões em 2010. As importações, por sua vez, elevaram-se em 14% - US\$ 19 bilhões contra US\$ 16,66 bilhões no ano anterior. Com isso, o saldo comercial fluminense elevou-se em 79,09%, atingindo US\$ 10 bilhões em 2011, o triplo do ano anterior.
22. Na comparação com o desempenho nacional, as vendas externas fluminenses apresentaram crescimento bastante superior (47% ante 27%), o que elevou a participação do Estado nas exportações brasileiras a um patamar recorde (11,5%).
23. Em 2011, foram recordes tanto as exportações de petróleo (US\$ 20 bilhões) como de produtos industrializados (US\$ 9 bilhões). Vale destacar que as vendas da indústria fluminense praticamente dobraram (95%) frente a 2010, desempenho bastante superior às negociações da *commodity* (alta de 34%).
24. Entre os segmentos industriais, o grande destaque de 2011 foi o metalúrgico, que assumiu a liderança das exportações fluminenses de produtos industrializados, diante dos resultados auferidos pelo novo *player* do complexo siderúrgico fluminense. Frente a 2010, as vendas externas do setor triplicaram.
25. Nas importações, o crescimento no Estado foi bastante disseminado: 16 dos 22 segmentos industriais pesquisados bateram novos recordes. Na comparação com 2010, apenas dois apresentaram retração.

26. Em relação aos parceiros comerciais fluminenses, os Estados Unidos lideraram em ambas as vias comerciais, tanto em dezembro como no resultado acumulado de 2011. Entre os blocos econômicos, a Ásia manteve-se como principal destino das exportações fluminenses em 2011, ao passo que a União Europeia liderou como principal origem das importações.
27. A conservação das políticas contracíclicas do governo federal, sobretudo a desoneração da atividade produtiva, afetou negativamente o crescimento da arrecadação federal e, conseqüentemente, das transferências vinculadas para o Estado. No entanto, os dados referentes aos resultados primários (receitas não financeiras subtraídas das despesas não financeiras) obtidos nos últimos anos indicam que o Estado vem contribuindo desde 2007 com o governo central na missão de manter o equilíbrio macroeconômico do país.
28. Em 2011, o Estado recuperou parcialmente sua participação no resultado primário consolidado da esfera estadual. É de se esperar que tal recuperação não se dê de forma plena e nem que o patamar de 2008 seja recuperado. Isto porque o ritmo de investimentos estaduais tem crescido muito por conta dos eventos internacionais que serão sediados no Estado em 2014 e 2016, bem como por conta de projetos do Estado em harmonia com o PAC.

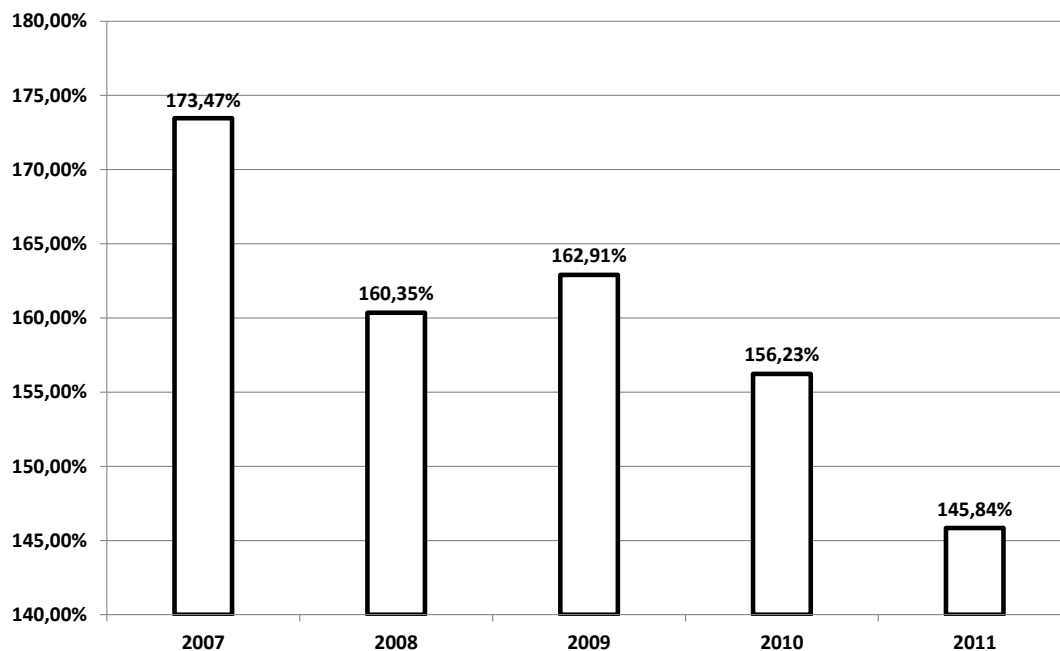
PARTICIPAÇÃO DE ESTADOS SELECIONADOS NO RESULTADO PRIMÁRIO CONSOLIDADO NA ESFERA ESTADUAL



Fontes: BCB; STN; Secretarias de Fazenda dos Estados (para dados de 2011)

29. Ademais, percebe-se que o Estado tem feito grande esforço para dar conta de um dos principais “deveres de casa”: a redução da dívida consolidada. Uma boa alternativa para se medir a eficiência da dívida consiste na verificação do quociente entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL). Os dados indicam que a relação caiu 10,39 p.p. entre 2011 e o ano anterior.

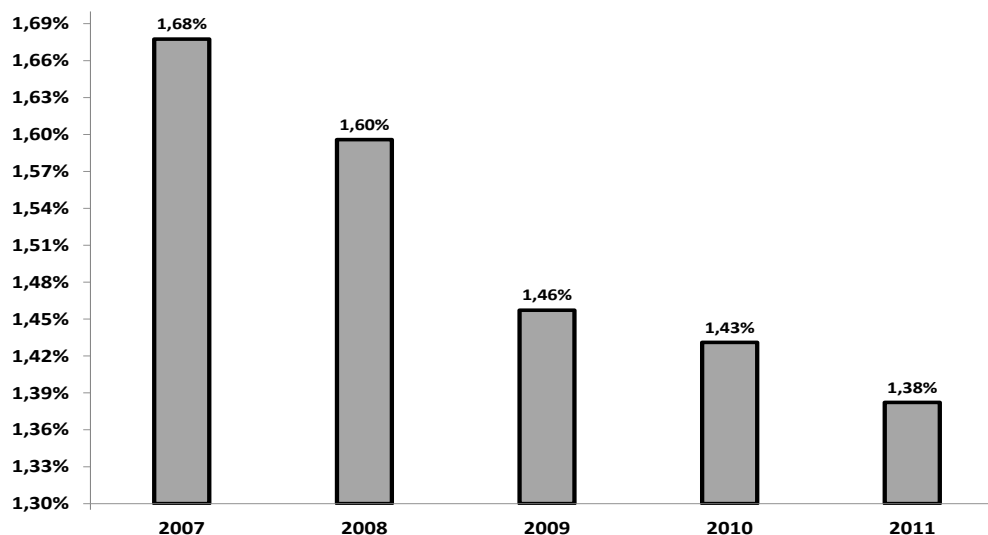
Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida



Fonte: SEFAZ-RJ

30. A relação entre o estoque da dívida estadual (medida pelo conceito de DCL) e o PIB nacional também configura importante indicador neste sentido. Além da gestão austera e responsável da dívida estadual, houve redução significativa do estoque da dívida fluminense, em decorrência do enquadramento, nos últimos anos, da CEDAE como empresa não dependente, de acordo com o previsto pela LRF, pelo rigoroso pagamento do serviço da dívida e pela baixa inflação observada no indexador IGP-DI.

Estoque da dívida do Est.do Rio Janeiro (DCL)/PIB Brasil



Fonte: SEFAZ-RJ

31. Dentro deste contexto, as perspectivas para 2012 são ligeiramente positivas, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o Estado, em parceria com o governo federal. Esses investimentos possivelmente irão gerar reflexos significativos no emprego e na renda fluminenses, que deverão estar afinados com as previsões positivas para a economia nacional.
32. As projeções para 2012 apontam que a economia brasileira seguirá crescendo de forma modesta (1,73%, segundo o BCB, e 2,5%, para o FMI) abaixo da média global (3,5%, de acordo com o FMI).
33. No entanto, mesmo com o diferencial dos juros brasileiros, que persistirá atraindo investimentos estrangeiros, as expectativas do mercado indicam tendência de aumento do déficit em conta corrente (US\$ 58,71 bilhões ou 2,7% do PIB) e menor entrada de investimento direto estrangeiro (US\$ 55 bilhões).
34. Em 2011, o governo do Estado manteve desempenho positivo em sua gestão fiscal, fato decorrente da necessária continuidade das medidas rígidas das gestões orçamentária e financeira iniciadas em 2007. O Estado obteve ao final de 2011 a um resultado orçamentário positivo em R\$ 988 milhões. Ademais, obteve-se superávit primário de R\$ 3.254 milhões, resultado aproximadamente 60% superior ao registrado em 2010.

Evolução do Resultado Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (2009/2011)

Em R\$ Milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação 2010/2009	Variação 2011/2010
Atrasos/deficiências	(271)	(118)	(988)	-56,56%	740,61%
Superávit Primário	2.780	2.034	3.254	- 26,86%	60,01%

35. Em 2011, houve significativo crescimento nominal da receita bruta (+12,38%), fruto da elevação das receitas de arrecadação própria em 11,91% bem como do incremento de 26,19% nas receitas de compensação financeira pela exploração de recursos naturais, cuja maior parte é constituída pelos *royalties* e pelas participações especiais do petróleo.

Evolução da Receita do Estado do Rio de Janeiro (2009/2011)

Em R\$ Milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação 2010/2009	Variação 2011/2010
Receita Bruta	32.375	39.405	44.284	21,71%	12,38%
Receita de Arrecadação Própria	23.814	28.401	31.783	19,26%	11,91%
Receita de Royalties e PE	4.887	6.409	6.945	31,14%	26,19%

36. Com relação às despesas não financeiras, houve um incremento nominal de 9,53% em relação ao exercício do ano anterior. A despesa com pessoal apresentou aumento nominal de 8,85% em relação a 2010. No item outras despesas correntes, houve dispêndios 14,29% maiores que os de 2010. Já os investimentos apresentaram, em 2011, ligeira redução de 1,01% em relação a 2010.

Evolução da Despesa Não Financeira do Estado do Rio de Janeiro (2009/2011)

Em R\$ Milhões

Discriminação	2009	2010	2011	Variação 2010/2009	Variação 2011/2010
Despesa Não Financeira	23.725	30.452	33.354	28,35%	9,53%
Pessoal e Encargos	12.846	15.908	17.315	23,83%	8,85%
Outras Despesas Correntes	8.358	10.029	11.462	20,00%	14,29%
Investimentos	2.197	4.278	4.234	94,72%	-1,01%

37. A dívida pública estadual de 2009 a 2010 foi influenciada sobremaneira pela elevação dos parâmetros inflacionários, principalmente o IGP-DI, que responde pela indexação de mais de 85% da dívida do Estado. No entanto, em 2011, que registrou IGP-DI acumulado de 5,10%, o estoque da dívida financeira do Estado apresentou elevação de 4,23%, em termos nominais.

Evolução do Estoque da Dívida do Estado do Rio de Janeiro (2009/2011)			Em R\$ Milhões
Discriminação	2009	2010	2011
Dívida Fundada Total	51.578	60.557	63.119

38. Na atual conjuntura, ainda é possível vislumbrar perspectivas positivas para 2012, tanto em nível de gestão fiscal quanto por conta dos investimentos previstos para o Estado, que devem gerar reflexos significativos no emprego e na renda. Entretanto, tendo em vista uma perspectiva contracíclica, é primordial a continuidade da reestruturação das finanças do Estado. Diante dessas considerações, o governo estadual solicita revisão de seu Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com vistas a manter o equilíbrio fiscal já conquistado.

2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

39. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
40. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.

3. METAS OU COMPROMISSOS

META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA // RECEITA LÍQUIDA REAL

TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DÍVIDA // RECEITA LÍQUIDA REAL		
EXERCÍCIO	INFERIOR	SUPERIOR
2012	2,07	2,19
2013	1,92	2,19
2014	1,80	2,21
2015	1,71	2,19
2016	1,62	2,10
2017	1,52	1,96
2018	1,42	1,82
2019	1,31	1,69
2020	1,21	1,55
2021	1,11	1,42
2022	1,00	1,28
2023	0,89	1,14
2024	0,78	1,01
2025	0,67	0,87

41. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória acima especificada até que o valor da dívida financeira total do Estado (D) não seja superior ao da sua receita líquida real (RLR) anual.
42. A trajetória inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2011. A trajetória superior acresce à dívida da trajetória inferior os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES

2012	2013	2014
(1.593)	(3.917)	(1.092)

43. A meta 2 do Programa é não ultrapassar os déficits primários acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

DESPESAS COM PESSOAL // RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %

2012	2013	2014
60,00	60,00	60,00

44. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 53,70%, 58,88% e 55,38% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente.
45. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.
46. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Estado do Rio de Janeiro dará continuidade às seguintes ações:
- auditoria da folha de pagamento;
 - sistema de identificação funcional biométrica;
 - novo sistema integrado de gestão de recursos humanos;
 - diagnóstico, mapeamento e proposição de processos relativos aos recursos humanos; e
 - manutenção da atual política de concessão de aumentos salariais.

META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES		
2012	2013	2014
32.913	35.581	39.911

47. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
48. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá implementar novas medidas e manter as ações já realizadas desde 2007 tais como a melhora e a implementação de programas de fiscalização, o gerenciamento de maiores contribuintes do ICMS (GMC), o aprimoramento da fiscalização de empresas com benefícios fiscais, a troca de informações entre os fiscos, a utilização da nota fiscal eletrônica, a melhoria dos sistemas de informática que subsidiam a fiscalização e o processo de arrecadação e todas as demais que possibilitem maximizar a arrecadação própria do Estado.

META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS

49. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:
- manter no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio de Janeiro – GTCON/RJ, com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:
 - a adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e
 - a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.
 - limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 38,16% em 2012, 35,60% em 2013 e 34,04% em 2014, conforme o Anexo I;
 - manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
 - manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes das Secretarias da Fazenda, conforme Resolução nº 40.613/2007 e Resolução SEFAZ nº 45/07;
 - manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes;
 - encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas; e
 - divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS

DESPESAS DE INVESTIMENTOS // RECEITA LÍQUIDA REAL EM %

2012	2013	2014
20,58	23,76	21,02

50. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
51. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR

52. Esta revisão do Programa contempla a inclusão e manutenção de operações de crédito a contratar. Para esse fim, o Programa prevê objetivos específicos, descritos na seção V do TET: *Descrição das Condições de Inclusão e Manutenção de Operações de Crédito a Contratar Constantes do Anexo V na Revisão do Programa.*

5. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS

53. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
 - a. missões técnicas da STN; e
 - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
54. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano, o Estado encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Após essa data, havendo indícios do descumprimento das metas 1 ou 2 do Programa, o Estado terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa.
55. Em 2013, o Estado poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2013-2015, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
56. Em 2014, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2014-2016. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa em 2014 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
57. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima quinta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
58. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
59. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Rio de Janeiro subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Rio de Janeiro - RJ, de outubro de 2012.

SÉRGIO DE OLIVEIRA CABRAL SANTOS FILHO
Governador do Estado do Rio de Janeiro